



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PAUTA DA 25ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**26/09/2017
TERÇA-FEIRA
às 13 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senadora Fátima Bezerra
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata**



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 26/09/2017.**

25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA
Terça-feira, às 13 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RDR 45/2017 - Não Terminativo -		7

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Debater o anúncio de fechamento de 1.300 agências de Bancos Postais dos Correios em todo o Brasil.	15

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
		PMDB	
Hélio José(14)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	1 Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Elmano Férrer(8)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	2 Simone Tebet(14)(8)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Waldemir Moka(10)(8)	MS (61) 3303-6767 / 6768	3 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	4 Dário Berger(8)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Humberto Costa(PT)(4)(12)	PE (61) 3303-6285 / 6286	1 Ângela Portela(PDT)(4)(12)	RR
Fátima Bezerra(PT)(4)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	2 Jorge Viana(PT)(4)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Paulo Rocha(PT)(4)	PA (61) 3303-3800	3 José Pimentel(PT)(4)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Regina Sousa(PT)(4)	PI (61) 3303-9049 e 9050	4 Acir Gurgacz(PDT)(4)	RO (061) 3303-3131/3132
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Ataídes Oliveira(PSDB)(5)	TO (61) 3303-2163/2164	1 Flexa Ribeiro(PSDB)(5)	PA (61) 3303-2342
VAGO(5)(11)		2 VAGO(15)(7)	
Davi Alcolumbre(DEM)(15)(7)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722	3 Tasso Jereissati(PSDB)(11)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Sérgio Petecão(PSD)(3)	AC (61) 3303-6706 a 6713	1 José Medeiros(PODE)(3)	MT (61) 3303-1146/1148
Ciro Nogueira(PP)(3)	PI (61) 3303-6185 / 6187	2 Wilder Moraes(PP)(17)	GO (61) 3303 2092 a (61) 3303 2099
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
Lídice da Mata(PSB)(1)	BA (61) 3303-6408	1 Antonio Carlos Valadares(PSB)(19)	SE (61) 3303-2201 a 2206
VAGO(2)(18)		2 VAGO	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Wellington Fagundes(PR)(6)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Armando Monteiro(PTB)(6)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125
VAGO(6)(16)		2 Eduardo Lopes(PR)(6)	RJ (61) 3303-5730

- (1) Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (7) Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- (8) Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- (9) Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- (10) Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- (11) Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- (12) Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- (13) Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).
- (14) Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
- (15) Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
- (18) Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
- (19) Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 8:30MIN
SECRETÁRIO(A): MARCUS GUEVARA SOUSA DE CARVALHO
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4282
FAX: 3303-1627

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdr@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 26 de setembro de 2017
(terça-feira)
às 13h30**

PAUTA
25ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO -
CDR**

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO****Nº 45 de 2017**

Plano de Trabalho da Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, objeto do RDR nº 15/2017, aprovado em 23 de março de 2017, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Textos da pauta:

[Requerimento](#)

2ª PARTE**Audiência Pública Interativa****Assunto / Finalidade:**

Debater o anúncio de fechamento de 1.300 agências de Bancos Postais dos Correios em todo o Brasil.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDR 43/2017](#), Senadora Fátima Bezerra e outros

Convidados:**Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão****Sr. Guilherme Campos**

- Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Sr. Paulo Rogério Caffarelli

- Presidente do Banco do Brasil

Sr. Paulo Ziulkoski

- Presidente da Confederação Nacional de Municípios - CNM

Sr. José Rivaldo da Silva

- Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - FENTECT

1ª PARTE - DELIBERATIVA

1



RDR
00045/2017

SENADO FEDERAL

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Avaliação de Políticas Públicas

(Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal - RISF)

Proposta de Plano de Trabalho

Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste

Presidente e Relatora: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

Vice-Presidente: Senadora **LÍDICE DA MATA**

1. APRESENTAÇÃO

Avaliar políticas públicas tem como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas. Por meio de tal avaliação, o Legislativo Federal buscará, dentre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

O mencionado artigo do RISF determina que “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”. Com

base nesse dispositivo, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em 2017, realiza a avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, conforme o Requerimento da CDR nº 15, de 2017, aprovado em 29 de março do ano corrente.

Essa avaliação é fundamental, diante das crises hídricas enfrentadas sobretudo pela população do semiárido brasileiro, que abrange a maior parte do Sertão e do Agreste, em 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nessa região, vivem 22 milhões de pessoas, fazendo do semiárido brasileiro o mais populoso do planeta. O problema da seca está historicamente presente em parte considerável da região Nordeste, onde o semiárido corresponde a 57% da área total da região e abriga, aproximadamente, 40% de sua população. De acordo com os registros dos eventos climáticos ocorridos na região nos últimos três séculos, por cerca de 85 anos as chuvas foram escassas, inexistentes ou mal distribuídas.

Avaliar o andamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco será um dos principais elementos da presente avaliação, sobretudo quanto ao modelo de gestão de águas e aos recursos orçamentários necessários para assegurar o abastecimento das populações a serem beneficiadas pelo projeto.

Quanto à região Norte, segundo a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, é a região com os piores índices de abastecimento de água no País. No recorte por domicílios, havia no Brasil cerca de 12 milhões de residências sem acesso à rede de água, situação mais crítica na Região Norte, com 54,7% dos domicílios nessa situação. Esses

números representam um grande paradoxo, considerando que nessa região se encontram cerca de 70% das reservas de água doce superficial existentes no País.

Assegurar água para o abastecimento humano é o fundamento do conceito de segurança hídrica que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é:

A capacidade de uma população de salvaguardar o acesso sustentável a quantidades adequadas de água de qualidade aceitável para garantir meios de sobrevivência, o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico, assegurando proteção contra poluição e desastres relacionados à água, bem como a preservação de ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política.¹

A gestão das águas é o principal instrumento para se alcançar a segurança hídrica. Avaliar as políticas públicas de abastecimento de água para o Nordeste e o Norte do Brasil é tarefa que merece foco, dado o curto período disponível até dezembro de 2017, quando o relatório da presente avaliação deverá ser entregue à deliberação da CDR.

As atividades a seguir propostas objetivam levantar dados necessários para se fazer uma avaliação adequada dessas políticas.

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

A fim de estruturar a presente avaliação, propõem-se as seguintes atividades:

¹ <http://www.unwater.org/publications/water-security-infographic/> (acesso em 11/9/2017).

- obtenção de dados de órgãos e entidades dedicados aos temas objeto da avaliação, incluindo Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério das Cidades, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Ministério da Integração Nacional, Tribunal de Contas da União (TCU);
- análise da legislação correlata;
- realização de audiências públicas.

As atividades ora mencionadas deverão abordar os seguintes subtemas:

- Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) e abastecimento de água para o semiárido;
- Gestão de águas da bacia do rio São Francisco;
- Política de reservação de águas no Nordeste;
- Execução financeira e orçamentária de projetos e programas de abastecimento de água para o Nordeste e o Norte, com destaque para o PISF e suas obras complementares.

Sugere-se a realização de audiências públicas com representantes do poder público, da academia e da sociedade civil.

Finalmente, o Plano prevê a elaboração de um relatório da avaliação, a ser apreciado pela CDR até o final desta sessão legislativa.

3. CRONOGRAMA

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para a avaliação:

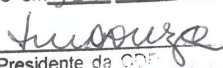
Data	Atividade	Local	Convidados
Outubro de 2017	Audiência pública regional: Desafios para o PISF – eixos norte e leste e obras complementares	Natal - RN	• Dom Antônio Carlos Cruz Santos (Diocese de Caicó/RN); • Dom Jaime Vieira Rocha (Arquidiocese de Natal/RN); • Dom Mariano Manzana (Diocese de Mossoró/RN); • Ivan Lopes Júnior (SEMARH/RN); • João Azevedo Lins Filho (Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia/PB); • João Fernandes da Silva (AESAPB); • José Procópio de Lucena (CBH-PPA); • Josemá de Azevedo (ABES/RN); • Josivan Cardoso Moreno (IGARN); • Marcelo Cauás Asfora (APAC/PE); • Marcelo Saldanha Toscano (CAERN); • Padre Flávio Bezerra da Silva (Arquidiocese de Natal/RN); • Paulo Varella (ex-diretor da ANA); • Vicente Andreu Guillo (ANA); • Representante da ALERN; • Representante da UFPB; • Representante da UFPE;

			• Representante da UFRN.
Outubro de 2017	Audiência pública regional: Desafios para o eixo norte do PISF e obras complementares	Fortaleza - CE	• Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins (FUNCEME); • Francisco de Assis de Souza Filho (UFC); • Francisco José Coelho Teixeira (SRH/CE); • João Lúcio Farias (COGERH/CE); • José Nilson Bezerra Campos (UFC); • Yuri Castro de Oliveira (SOHIDRA/CE); • Representante da ANA; • Representante do Ministério da Integração Nacional.
Novembro de 2017	Audiência pública: segurança hídrica na região Norte; PISF e regiões doadoras; gestão das águas na bacia do Rio São Francisco.	Brasília - DF	• Alejandro Fonseca Duarte (UFAC); • Antônio Donato Nobre (INPE/INPA); • Carlos Afonso Nobre (INPE); • Irving Foster Brown (UFAC); • José Antônio Marengo Orsini (INPE); • Luiz Eduardo Oliveira e Cruz Aragão (INPE); • Luiz Gylvan Meira Filho (IEA/USP e Associação Instituto Tecnológico Vale); • Paulo Eduardo Artaxo Netto (USP); • Vera Lúcia Reis Brown (IMC/AC); • Anivaldo de Miranda Pinto (CBHSF); • José Geraldo dos Reis Santos (SEMA/BA);

			• Márcia Cristina Telles de Araújo Lima (INEMA/BA); • Representante da UFBA; • Antônio Avelino Rocha de Neiva (Codevasf); • Antônio Rocha Magalhães (CGEE); • Dirceu Silveira Reis Júnior (UnB); • Helder Zahluth Barbalho (Ministério da Integração Nacional); • José Luiz de Souza (Ministério da Integração Nacional); • Oscar de Moraes Cordeiro Netto (UnB); • Roberval Tavares de Souza (ABES); • Sinval Zaidan Gama (Chesf); • Vicente Andreu Guillo (ANA); • Representante da Sociedade Civil.
Dezembro de 2017.	Apresentação e votação do relatório final.		

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

1

PROVADO em 13/09/17

Presidente da CDR

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2017 - CDR

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a realização de audiência pública a fim de debater o anúncio de fechamento de 1.300 agências de Bancos Postais dos Correios em todo o Brasil.

Para este debate, sugerimos que sejam convidados:

- 1 – Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Senhor Guilherme Campos;
- 2 – Presidente do Banco do Brasil, Senhor Paulo Rogério Caffarelli;
- 3 – Ministro do Planejamento, Senhor Dyogo Oliveira;
- 4 – Presidente da Confederação dos Municípios, Senhor Paulo Ziulkoski;
- 5 – Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares, FENTECT, Senhor José Rivaldo da Silva.

JUSTIFICAÇÃO

No final de agosto a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos anunciou o fechamento de 1.300 agências de Bancos Postais dos Correios nos pequenos municípios brasileiros. A população desses municípios menores está preocupada com o serviço de Correspondente Bancário do Banco do Brasil que essas agências prestam no pagamento de benefícios sociais e de aposentadorias.

As agências dos bancos postais dos Correios atuam na condição de correspondentes bancários do Banco do Brasil, promovendo a inclusão



SF/17448.33331-17

Página: 1/3 06/09/2017 09:20:04

f6b013a4c5b1b366895f7b5f6fce00edf58c2e5c



bancária e, portanto, garantindo às populações dos municípios mais afastados dos municípios-polos a prestação de vários serviços à população que só poderiam ser realizados em uma agência bancária.

Diante do agravamento da situação de violência vivenciada no país, os trabalhadores dos Correios travaram uma luta no intuito de fortalecer as agências com segurança armada e Porta Detectora de Metais, fato concretizado através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre os Correios e o Ministério Público do Trabalho.

Tal ação, inibiu as ações criminosas, fortalecendo a guarda dos valores, acesso da população ao Banco Postal, conforto e segurança aos beneficiários dos serviços prestados e aos empregados dos Correios.

O advento do Banco Postal funcionando nas cidades do interior, fortaleceu a circulação de recursos dentro do próprio município, proporcionando emprego e renda e criando perspectivas de desenvolvimento local, além de promover a inclusão bancária de milhares de pessoas.

A retirada destes postos de vigilância armada, devido ao TAC, implicará no fechamento de agências de Bancos Postais dos Correios por todo o país o que acarretará prejuízo irreparável para a população que ficará sem acesso a serviços bancários em suas cidades e precisará deslocar-se para cidades polos com agências bancárias para terem acesso a tais serviços.

Outo fator relevante é o reflexo que essa medida trará para a economia dos pequenos municípios, cujas consequências será a inibição da circulação de dinheiro nessas cidades, o que acarreta brusca queda no comércio local, desemprego e desequilíbrio financeiro.

No Rio Grande do Norte foi anunciado que serão fechadas 109 agências de bancos postais dos Correios. Se confirmada essa medida, será uma verdadeira tragédia para os municípios atingidos. Todos sabemos que há um crescente aumento da violência em todo o Brasil. Retirar a prestação de serviços por essas agências dos Correios nos pequenos municípios é



SF/17448.33331-17

Página: 2/3 06/09/2017 09:20:04

f6b013a4c5b1b366895f7b5f6fce00edf58c2e5c

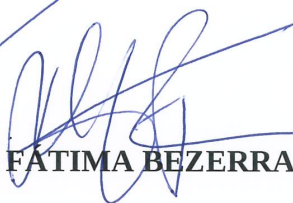


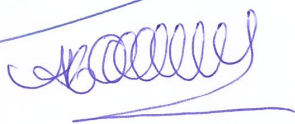
deixar a população ainda mais vulnerável à violência, sobretudo os idosos que terão que se deslocar em quilômetros para receber seus benefícios.

É necessário que pensemos uma saída para esta grave situação e é por este motivo que estamos propondo a realização desta audiência pública a fim de que encontremos uma saída conjunta para resolver esta problemática.

Sala da Comissão, em

de 2017.


Senadora FATIMA BEZERRA (PT-RN)


SENADORA ÂNGELA POETELA.



SF/17448.33331-17

Página: 3/3 06/09/2017 09:20:04

f6b013a4c5b1b366895f7b5f6fce00edf58c2e5c

